

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1430154 - RS (2014/0008693-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : ADOLPHO KURTH HANKE
AGRAVANTE : ARNO CARLOS LEHNEN
AGRAVANTE : FELICIANO EDI VIEIRA FLORES
AGRAVANTE : HELOISA NEMOTO VERGARA
ADVOGADO : FRANCIS CAMPOS BORDAS E OUTRO(S) -
RS029219
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL - UFRGS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR. PRESCRIÇÃO EVIDENCIADA.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o prazo prescricional para a pretensão executória é único e o ajuizamento de execução da obrigação de fazer não interrompe o prazo para a propositura da execução que visa o cumprimento da obrigação de pagar. Precedentes.

2. No caso concreto, tendo ocorrido o trânsito em julgado da sentença coletiva em 2/3/2000 e o ajuizamento da execução individual da obrigação de pagar somente em 14/10/2010, afigura-se prescrita a pretensão executória, porquanto ultrapassado o prazo quinquenal, sem causas interruptivas ou suspensivas.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator